



## TJ mantém condenação de cliente que cometeu injúria racial contra vigilante de mercado



A 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) manteve condenação imposta ao cliente de um supermercado pela prática de injúria racial em ofensas dirigidas à vigilante do estabelecimento. O caso aconteceu em 2017 no município de Araranguá, sul do Estado. De acordo com os autos, o réu chamou a vítima de “cabelo pixaim” e “macaca” entre outros xingamentos, após ser advertido sobre o horário de fechamento do supermercado.

Ele recebeu pena de um ano e quatro meses de reclusão em regime inicial aberto, além do pagamento de multa. Em suas razões recursais, o cliente alegou inexistência de provas e postulou pela aplicação do princípio “in dubio pro reo”. Ao analisar o caso, a relatora da matéria, desembargadora Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer, anotou que outras testemunhas, além da própria vítima, foram firmes e enfáticas na indicação da ocorrência do crime descrito na denúncia.

“Como se vê, o acervo probatório é firme na confirmação de que o apelante ofendeu a dignidade da vítima com expressões referentes a sua cor e orientação sexual. Isto porque, depois de um mal-entendido no momento de entrar no estabelecimento comercial que já estava fechado, se referiu à vítima proferindo palavras ultrajantes como ‘macaca’ e ‘sapatona’”, escreveu.

Em seu voto, a desembargadora também reproduziu parte da sentença imposta ao réu, destacando que as expressões adotadas apoiaram-se em aspectos ligados à raça e à orientação sexual da vítima para ofendê-la, um comportamento completamente inaceitável numa sociedade livre e democrática.

“Evidente que a simples negativa de autoria não se mostra suficiente para impedir a responsabilização penal pela ação praticada e, diante de todos os elementos colhidos, não há falar em minguada probatória capaz de implicar a absolvição por aplicação do princípio ‘in dubio pro reo’, pois plenamente demonstrada a participação do apelante na prática do injusto penal pelo qual restou condenado”, concluiu Cinthia. A decisão foi unânime. Também participaram os desembargadores Luiz Cesar Schweitzer, Luiz Neri Oliveira de Souza e Antônio Zoldan da Veiga (Apelação Criminal n. 0005129-38.2017.8.24.0004).

**Conteúdo: Assessoria de Imprensa/NCI**

Responsável: Ângelo Medeiros - Reg. Prof.: SC00445(JP)

FONTE: TJSC

# Caixa lucra R\$ 13,2 bilhões em 2020

**Entretanto, fechou 2.611 postos de trabalho em doze meses; CEE/Caixa pede mais contratações**



O lucro líquido da Caixa foi de R\$ 13,2 bilhões em 2020, 37,5% menor em relação a 2019. O resultado de R\$ 5,7 bilhões do 4º trimestre representou um aumento de 200,0% em relação ao do 3º trimestre de 2020 (R\$ 1,9 bilhão). “Como é que é que um presidente que diz em todas as lives ou comunicados para os empregados que a Caixa é o banco da matemática afirma que o lucro vai ser o maior da história e isso não acontece? Faltou só 7 bilhões para ser o maior lucro. 7 bilhões! Que matemática é essa que ele fez? Fez é média na imprensa. E de fato, gerou insatisfação geral nos empregados.”, criticou Fabiana Uehara Proscholdt, coordenadora da Comissão Executiva de Empregados da Caixa (CEE/Caixa) e secretária da Cultura da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), referindo-se à declaração do presidente do banco público, Pedro Guimarães, no início do ano.

A coordenadora da CEE/Caixa lembrou que, apesar do lucro ter reduzido no comparativo com 2019, é um valor muito bom. “É importante lembrar que naquele ano houve vendas de diversos ativos, o que é muito ruim para a empresa, mas alavancou os números anuais”. Por isso, segundo Fabiana, os números reforçam que

os empregados da Caixa são compromissados com o banco e com a população. “Mesmo num ano tão difícil, em meio a uma pandemia, eles fizeram a empresa lucrar tanto. O bom resultado é graças aos empregados, mas – infelizmente – foi feito em cima de muitos adoecimentos, de muitos colegas afastados. Nós precisamos é que a Caixa valorize seus trabalhadores e isso passa por dar efetivas condições de trabalho e de segurança, que os sistemas funcionem e que nesse momento tão difícil pra todos que as metas de produtos não sejam o foco e sim o melhor atendimento para a população. Os empregados estão estafados.”

A análise do balanço do banco público, feita pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), mostra que a Caixa encerrou o ano de 2020 com 81.945 empregados, com fechamento de 2.611 postos de trabalho em doze meses, influenciado pelo Programa de Desligamento Voluntário (PDV) lançado em novembro, que teve adesão de 2.113 empregados. Foi fechada 1 agência e abertos 41 postos de atendimentos, 620 unidades Caixa Aqui e 88 lotéricos. Em contrapartida, o banco registrou incremento de aproximadamente 42,6 milhões de novos clientes.

“Isso reforça nossa reivindicação de mais contratações. Precisamos de muito mais gente do que o anunciado desta semana. De que adianta falar que irá contratar pouco mais e 2 mil bancários, se temos 42 milhões de novos clientes? É muita coisa!”, finalizou a secretária da Cultura da Contraf-CUT.

**FONTE: CONTRAF**

# CUT, centrais e frentes populares convocam trabalhadores para lockdown no dia 24



**CUT**  
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

## **DIA NACIONAL DE LUTA**

**EM DEFESA DA VIDA, DA VACINA, DO EMPREGO  
E DO AUXÍLIO EMERGENCIAL DE 600 REAIS**

A próxima quarta-feira, 24 de março, será dia de lockdown da classe trabalhadora e de todos os brasileiros insatisfeitos com os rumos do governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) na área econômica, social e na falta de ações efetivas de combate à pandemia do novo coronavírus.

Será o Dia Nacional de Luta, em Defesa da Vida, da Vacina, do Emprego, do Auxílio Emergencial de R\$ 600, organizado pela CUT, demais centrais sindicais e das frentes Brasil Popular e Povo sem Medo.

Motivos não faltam para que a população pare tudo, se recuse a trabalhar e proteste: já são mais de três meses sem o auxílio emergencial; o caos na saúde pública avança com hospitais sem leito de enfermagem, nem

de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) e até sem medicamentos básicos para dor; faltam vacinas anti-Covid-19 e as taxas de desemprego continuam subindo.

### **Agravamento da pandemia**

Para a CUT, o agravamento da pandemia é devido à irresponsabilidade do governo federal, representada pela falta de vacinas, testagem em massa, um plano de imunização, políticas de distanciamento social para redução do contágio, da redução do valor do auxílio emergencial para desempregados e informais – de R\$ 600 para apenas R\$ 150 – e do número de beneficiados para menos da metade dos que receberam no ano passado. Isso sem falar do abandono das pequenas e microempresas

que têm fechado às portas e contribuído para o aumento do desemprego.

A direção da Central ressalta que a falta das políticas sanitárias e econômicas obriga a classe trabalhadora a ir para as ruas em busca de dinheiro para sobreviver e ,com isso, se aglomera nos locais de trabalho, no transporte coletivo, nas estações de trem e metrô e nos terminais e pontos de ônibus, ficando expostas à contaminação e morte.

“A verdade é que Bolsonaro não liga para a vida dos brasileiros, para os trabalhadores, que são obrigados a pegar transporte público lotado, se expondo à Covid-19, por que não podem ficar em casa, senão passam fome, por falta de ajuda do governo federal”, critica a secretária-geral da CUT Nacional, Carmen Foro.

### **Fique em casa e não trabalhe**

A proposta da CUT é para que o trabalhador fique em casa e não trabalhe. É para cobrar a vacina, um auxílio emergencial decente. Cada um a sua maneira pressionar o governo, cobrar dos seus deputados. É dia de reflexão e luta pela vida.

“As quase três mil mortes diárias registradas nesta semana é um genocídio praticado por Bolsonaro. Por isso, é preciso dar o recado forte aos governos estaduais e, principalmente, ao presidente da República, de que é preciso

tomar providências e salvar vidas por que a população não aguenta mais”, diz.

A dirigente CUTista ressalta que, apesar de milhares de trabalhadores não poderem se ausentar de seus trabalhos, no próximo dia 24, é preciso que eles se façam ser ouvidos. Seja usando as redes sociais para se manifestarem, buzinando, gritando “Fora Bolsonaro”, seja pregando faixas e cartazes nas ruas e avenidas das cidades.

“A gente sabe que a maioria vai para a rua, para o trabalho, por que não tem alternativa, mas é preciso protestar de alguma forma e exigir deste governo um auxílio de R\$ 600. É preciso que tanto os governantes como os grandes empresários entendam que, se continuarmos neste mesmo caminho, de desemprego e desamparo, não haverá quem compre seus produtos. Os prejuízos desta crise sanitária serão incalculáveis”, afirma Foro.

### **Ações no dia 24**

Neste dia 24 haverá diversas ações e cada setor e categorias farão o seu protesto, com panfletagens nas praças, terminais de ônibus, trem e metrô, com o uso de carros de som; atos simbólicos; audiências públicas e uso de redes sociais.

Fonte: Rosely Rocha com edição de Marize Muniz – CUT Brasil



# Trabalhadores de todo o mundo se unem contra práticas antissindicais da Amazon

**Luta dos trabalhadores da Amazon no Alabama (EUA) recebe apoio do mundo todo**



Os quase 6.000 trabalhadores do depósito Amazon em Bessemer, Alabama (EUA) lutam para formar o primeiro sindicato da empresa na América. A empresa, que tem 25 anos e cerca de 1,3 milhão de funcionários em todo o mundo, não permite que seus empregados se sindicalizem.

A campanha recebeu atenção mundial e sindicalistas do mundo inteiro estão postando vídeos em apoio aos trabalhadores da unidade da Amazon no Alabama. Eles realizaram, no sábado (20), um Dia Mundial da Solidariedade ao Sindicato da Amazon.

O caso tem relevância mundial devido à importância para os trabalhadores da Amazon em todo o mundo, mas também para o conjunto dos trabalhadores nos Estados Unidos, um país onde as práticas antissindicais são comuns.

Problema mundial e para além da Amazon e também dos Estados Unidos, o caso tem relevância para todos os que defendem a democracia e o direito de organização e luta dos trabalhadores por seus direitos. Apesar de serem mais expostas nos Estados Unidos, as práticas antissindicais ocorrem no mundo todo. A luta contra esta conduta das empresas é uma luta dos trabalhadores em todo o mundo.

Este dia é importante para promover solidariedade ao Sindicato da Amazon, para mostrar aos trabalhadores do mundo todo que juntos somos fortes e que a luta por justiça também é a nossa, de todos os trabalhadores do mundo”.

Para saber mais, acesse: <https://t.co/1yvz2Y0XDm>

FONTE: UNI COM ALTERAÇÕES

# Com Bolsonaro poder de compra dos pobres e dos trabalhadores despenca

**Em 2003, apesar de ter encontrado o país endividado e com uma inflação de 12,53%, Lula conseguiu derrubar a inflação para 7,60% e segurar aumentos dos alimentos**



ROBERTO PARIZOTTI

Nos dois primeiros anos do seu governo, Jair Bolsonaro (ex-PSL) não decepcionou os ricos que o elegeram: protegeu o patrimônio e a renda de quem tem muito dinheiro e sufocou os mais pobres e os trabalhadores e trabalhadoras, que vivem de bicos e salários.

Os dados econômicos são a prova disso. Entre o início de 2021 e o mesmo período em 2019, dois primeiros anos da gestão Bolsonaro, o preço da cesta básica de alimentos subiu 32,56%, na capital de São Paulo. O presidente já disse várias vezes que não entenda e de economia, não deve entender nada também sobre as necessidades do povo brasileiro.

Em 2003, apesar de ter encontrado o país endividado e com uma inflação de 12,53%, Lula conseguiu derrubar o índice para 7,60% e a

cesta básica subiu em dois anos de seu governo 8,49%. Com Dilma, aconteceu o mesmo. Nos seus dois primeiros anos de mandato, a cesta subiu 18,02%, índices bem abaixo do atual governo.

Mesmo antes de Lula conseguir aprovar a política de valorização do salário mínimo, iniciada em 2004, o trabalhador que ganhava o piso da época conseguia comprar uma cesta básica e meia (1,51). Já com Dilma, com os reajustes do mínimo acima da inflação, o trabalhador levava para casa quase duas cestas e meia (2,41), apesar do índice inflacionário ter sido maior do que o mesmo período de Lula.

Com Bolsonaro, que acabou com a política de valorização do mínimo, se compararmos os dois primeiros anos, quando o piso chegou a R\$

1.045,00, o trabalhador só conseguiu comprar pouco mais de uma cesta e meia (1,61).

No último levantamento feito pelo UOL, já com o salário atual de R\$ 1.100, o brasileiro gasta em média mais da metade (54,23%) do salário mínimo líquido para comprar a cesta básica. Na cidade de São Paulo, que detém o segundo maior preço pelo conjunto de produtos, o percentual de comprometimento da renda chega a 62,85%.

### **Qual é a causa da carestia**

A carestia sentida pela população pobre não pode ser apenas creditada à pandemia do novo coronavírus, explica a supervisora da área de preços do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que analisa o Índice de Custo de Vida (IVC), Patrícia Costa. De acordo com ela, o desmonte das políticas públicas e os privilégios concedidos ao agronegócio.

Nos governos anteriores, diz, havia políticas públicas responsáveis pela abertura de vagas de trabalho e, conseqüentemente, aumentou o consumo da população e da inflação, mas ainda assim o poder de compra do trabalhador era preservado.

“O que chama a atenção no atual aumento de preços e na queda do poder de compra da população, é que são resultados do desmonte explícito de políticas públicas, que garantiam preços acessíveis dos alimentos e reajustes salariais acima da inflação para o trabalhador. Hoje o interesse é o lucro do agronegócio”, diz Patrícia.

Ainda de acordo com a supervisora do Dieese, antes, pelo menos, havia esperança e a possibilidade do governo fazer ações de desenvolvimento e inclusão, o que não ocorre agora.

“Numa situação de desmonte, a crise recai sobre os ombros de quem ganha menos”, afirma.

### **Inflação é mais sentida pelos pobres**

Desde o início da pandemia, em março do ano passado até fevereiro deste ano, a inflação sentida pelas famílias brasileiras mais pobres foi de 6,75%. Essa taxa representa o dobro do impacto para as famílias mais ricas, de 3,43% no mesmo período, segundo os dados do indicador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de inflação por faixa de renda.

O vilão da inflação maior para essas famílias, que ganham menos do que R\$ 1.650,50, são os preços dos alimentos que consomem em média 25% do seu orçamento. Já os mais ricos, com renda superior a R\$ 16.509,66 gastam menos de 10% dos seus orçamentos na compra da alimentação.

### **Carne: exemplo da queda do poder de compra com Bolsonaro**

De acordo com o Dieese, em uma reportagem de 2011, no portal G1, ao analisar a evolução do salário mínimo, por exemplo, em 1959, se todo o valor fosse destinado à compra de carne, seriam adquiridos 85 kg do produto na capital de São Paulo; já em 1995, todo o mínimo conseguiria adquirir apenas 21 kg; e, em 2009, 37 kg, exemplificou à época o instituto, demonstrando que a política de valorização do salário mínimo já surtia efeito.

Mas, se continuarmos a comparação do valor de hoje do mínimo (R\$ 1.100) em relação ao preço de R\$ 40,00, de um quilo de carne de segunda, em um supermercado da zona oeste da capital paulista, o trabalhador levaria para a casa 27,5 kg – uma redução de 10 kg, em relação a 2009. Se compararmos preços da carne de primeira, que variam acima de R\$ 50,00, a queda seria ainda maior.

### **Os altos e baixos da correção do salário mínimo**

A evolução dos valores do mínimo é dividida pelo Dieese em oito fases: 1940-1945, fixação do mínimo; 1946-1951, rebaixamento do salário; 1952-1959, período com ganhos reais e significativos; 1960-1964, período razoável com inflação provocando efeito redutor dos ganhos; 1965-1975, arrocho em razão da ditadura militar com perseguição a ações sindicais; 1976-1982, leve reação com reajustes semestrais; 1983-1994, nova corrosão com aceleração inflacionária e planos econômicos fracassados; e 1995 em diante, com a retomada da valorização do salário mínimo.

**\*Com informações do UOL e G1**

**\*Edição: Marize Muniz**

**FONTE: CUT - Rosely Rocha**

# Caixa anuncia contratação de 7,7 mil trabalhadores; 2,7 mil serão de concurso feito em 2014

**Cargos de recepcionista e vigilante serão terceirizados, enquanto os estagiários passarão por processo seletivo do CIEE.**



A Caixa Econômica Federal anunciou nesta quarta-feira (17) que vai contratar mais 2.766 aprovados em um concurso de 2014, com vigência prorrogada por decisão judicial. O banco também contratará 3.776 funcionários terceirizados e 1.162 estagiários. Ao todo, serão 7.704 novos empregos.

## **As vagas serão divididas da seguinte forma:**

- Empregados (áreas diversas) - 2.766 vagas
- Estagiários - 1.162 vagas
- Vigilantes - 2.320 vagas
- Recepcionistas - 1.456 vagas

De acordo com a Caixa, entre os 2.766 postos para empregados, estão 566 com a contratação já em andamento para as regiões Norte e Nordeste do país, além de 87 técnicos em Tecnologia da Informação (TI) para o Distrito Federal (DF).

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Para os 3.776 que somam as vagas para vigilantes e recepcionistas as vagas serão terceirizadas e, portanto, não haverá concurso.

O processo seletivo para os estagiários será feito através do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE). O candidato deverá indicar qual localidade deseja trabalhar no ato da inscrição (clique aqui). Caso seja selecionado, o contrato terá duração de, no máximo, dois anos - para pessoas com deficiência o prazo pode ser prorrogado.

O presidente da Caixa, Pedro Guimarães, disse em nota que o fortalecimento das equipes com as novas contratações atende a uma demanda dos empregados do banco. "São pessoas que farão a diferença neste momento tão sensível que o Brasil vive", disse Guimarães.

**FONTE: G1**

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF